

RELAÇÕES VIOLENTAS: HETEROSSEXUALIDADE E FEMINISMO MATERIALISTA EM PERSPECTIVA

Nathalia Christina Cordeiro; Valéria Noronha.

*Universidade Federal da Bahia
nathich_c@hotmail.com*

Resumo

Apesar de alguns avanços, ainda hoje a mulher é alvo das mais variadas manifestações de violência no espaço da intimidade. Nesse sentido, pretendemos tecer algumas considerações a respeito do feminismo materialista e como sua perspectiva pode contribuir para o debate sobre as relações violentas. Ressalta-se que as feministas materialistas abordam as relações sociais a partir da consubstancialidade e do questionamento da imposição da heterossexualidade. Assim, o presente trabalho tem como objetivo abordar as relações violentas no contexto da sociedade capitalista racista patriarcal.

Palavras-chave: Relações Violentas, Feminismo, Heterossexualidade.

Introdução

O cotidiano das mulheres é marcado pela violência. Ela se manifesta de diversas formas, por exemplo, nos baixos salários, ocupações de postos de trabalhos informais e em condições precárias, na divisão das tarefas domésticas e responsabilidade com as crianças, nas relações afetivas e sexuais que estabelece. Essas violências são reflexos da maneira como a sociedade se organiza no que se refere aos homens e às mulheres.

No presente trabalho, nos aproximamos da perspectiva materialista do feminismo. Essas feministas entendem que as mulheres e os homens se definem através de uma relação social de classe, ou seja, elas entendem que a sociedade se organiza através de classes de sexo (CISNE, 2014; FALQUET, 2012; GUILLAUMIN, 2014; MATHIEU, 2014; TABET, 2014).

Nesse sentido, o *ser homem* ou *ser mulher* não possui referência biológica, mas sim ideológica. Se materializando, desse modo, em hierarquização, opressão e exploração das mulheres pelos homens.

Ainda nessa perspectiva, essas construções evidenciam as relações de sexo e sexualidade que estruturam a sociedade. As feministas materialistas afirmam que esse processo de dominação ocorre através da domesticação da sexualidade, além da imposição e normatização da heterossexualidade na vida das mulheres (CISNE, 2014; FALQUET, 2012; GUILLAUMIN, 2014; MATHIEU, 2014; TABET, 2014).

Assim, a heterossexualidade se coloca como uma imposição institucionalizada que concede e assegura aos homens o direito ao acesso emocional, físico e econômico perante as mulheres.

Desse modo, é preciso refletir como a heterossexualidade afeta a vida das mulheres e a relação de dependência emocional, simbólica e material, estabelecida com os homens. Além disso, buscaremos abordar como a simbiose entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo organiza a vida das mulheres e aponta as que serão mais atingidas por essa forma de organização.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende abordar, de forma breve, a violência contra a mulher em relações afetivas e sexuais através da perspectiva do feminismo materialista. Ressalta-se que a escolha dessa perspectiva se dá pela centralidade do debate sobre a heterossexualidade e da simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Metodologia

Ao longo da história, as mulheres têm se articulado em busca de construir análises a partir de suas perspectivas. Isso acontece, principalmente, desde as décadas de 1970 e 1980, período em que as feministas, através de atuação organizada, levaram suas demandas á público e reivindicaram seus direitos.

À época, as principais exigências feministas circundavam a conquista efetiva da igualdade, a luta pelo prazer e o enfrentamento às mais diversas violências perpetradas contra as mulheres.

Segundo Keller (2006), além de um projeto político, as feministas reforçaram um projeto acadêmico durante essas décadas. As mudanças - políticas, conceituais, linguísticas e metodológicas - iniciadas nesse período são de extrema relevância para o que entendemos hoje como Ciência e como Feminismo, e a relação entre esses dois campos.

Dessa maneira, a transformação social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver mesmo as coisas comuns; abriu novos espaços cognitivos (KELLER, 2006, p. 30).

De acordo com Bandeira (2008), a crítica feminista evidencia e assume uma tomada de consciência coletiva e individual, que provoca uma mudança no entendimento do que são as relações de sexo/gênero¹ e um maior destaque do processo de subordinação e exclusão das

¹ Gênero é um conceito que pode ser interpretado de diversas maneiras: “Este conceito não se resume a uma categoria de análise, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento, podendo ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e

mulheres. O que ocorre, também, na produção do conhecimento. Nesse sentido, conforme salienta a autora, essa tomada de consciência e mobilização trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação (BANDEIRA, 2008, p. 210).

Assim, as mulheres passaram a construir suas críticas e teorias. De modo geral, as minorias organizadas há tempos estão reivindicando seus espaços na produção de conhecimento (RAGO, 1998). Nesse sentido, questionando, então, quais podem ser os sujeitos do conhecimento e quais os parâmetros a serem adotados nessas novas proposições. Em geral, esses grupos propõem a construção de um saber politizado e transformador.

Resumidamente, o feminismo não se propõe a construir verdades únicas e universalizar processos. As contradições enfrentadas dentro do próprio movimento feminista evidenciam a potencialidade das diferenças.

Nesse sentido, o debate feminista destaca que a posição dos sujeitos na sociedade é marcada por vários atravessamentos que, por sua vez, vão possibilitar diversos arranjos que delimitarão como esses sujeitos serão tratados e inseridos na coletividade.

Esses atravessamentos formam grupos semelhantes e opostos em um movimento contínuo de similaridade e distinção. Dessa maneira, ainda que exista um grupo *mulheres* e que esse grupo sofra com processos de inferiorização e exclusão, os demais atravessamentos que perpassam as componentes desse grupo não permitem que ele seja homogêneo. Ou seja, apesar de compartilhar algumas experiências de forma similar, outros marcadores sociais diferenciarão a vivência das mulheres.

Com o exposto acima, pretende-se evidenciar que ao se colocarem como produtoras de conhecimento, as mulheres, através de diversas perspectivas, passam a abordar temas relacionados ao seu cotidiano e realidade. Assim, tendo como objetivo romper com análises androcêntricas, além de pensar e produzir mecanismos que transformem a realidade atual pautada na exploração e desigualdade.

Nesse cenário, entre outros conteúdos, a violência contra a mulher em relações afetivas-sexuais ganha maior visibilidade como assunto científico. Entendendo que a atuação das mulheres nos espaços formais da ciência ainda é um acontecimento recente, essa é uma tarefa que demanda

atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher -mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995); etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de acordo: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2015, p. 82).

enfrentamento e reafirmação constante. Desse modo, a abordagem de temas que se relacionem com a realidade das mulheres, apesar de terem ganhado visibilidade, ainda carecem suporte e justificativa.

No presente trabalho, buscaremos, através de revisão bibliográfica, tecer algumas contribuições acerca da violência contra a mulher perpetrada por seus companheiros sob a ótica do feminismo materialista.

Nesse sentido, inicialmente, dissertaremos sobre a violência contra a mulher no espaço das intimidades. Assim, tomaremos como base algumas feministas que se debruçaram sobre o tema, como Heleieth Saffioti e Karin Smigay.

Além disso, com base no trabalho de Heleieth Saffioti, Mirla Cisne, Nicole-Claude Mathieu e Jules Falquet colocaremos em debate o feminismo materialista. Desse modo, serão tratadas as relações estabelecidas dentro do atual sistema racista-capitalista-patriarcal.

Resultados e Discussão

A violência contra a mulher durante muito tempo foi tratada como algo normal e aceitável. Apesar da persistência desse cenário, alguns avanços foram conquistados através da atuação organizada das mulheres. Em 2016, por exemplo, se comemorou os dez anos da Lei n.11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, uma das mais relevantes conquistas das mulheres brasileiras na luta contra a violência doméstica.

Cotidianamente, as mulheres são submetidas a diversos tipos de violência - psicológica, física, emocional, patrimonial ou sexual, por exemplo. Educada para o silêncio, a mulher nem sempre denuncia ou se desvincula de uma relação violenta.

Através dos dados apontados pelo *Mapa da Violência 2015-Homicídio de Mulheres no Brasil* é possível notar que as taxas de feminicídio² e violência continuam altas, principalmente no que se refere às mulheres negras. Houve um aumento de 54% nas taxas de feminicídio desse grupo em um período de 10 anos.

Ainda segundo o *Mapa da Violência 2015-Homicídio de Mulheres no Brasil*, lançado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO –, 50,3% de mortes violentas de mulheres são cometidas por familiares e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros. Além disso, o Brasil

²Ainda que de forma controversa, em março de 2015 foi assinada a lei de feminicídio no Brasil, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade, de acordo com o Mapa da Violência 2015- Homicídio de Mulheres no Brasil.

tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, ocupando quinto lugar no ranking feito pela Organização Mundial da Saúde.

De acordo com o Balanço do primeiro semestre de 2015 do *Ligue 180* - Central de Atendimento a Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República³ (SPM-PR)-, em 70,71% dos casos registrados, as violências foram cometidas por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: atuais ou ex companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Ademais, os dados sobre a frequência em que a violência ocorre mostraram que em 39,47% dos casos a violência é diária; e em 35,60%, é semanal. Ou seja, em 75,07% dos casos a violência ocorre com uma frequência muito alta.

Entendendo que esses dados são reflexos da construção histórico-social desigual em torno do masculino e do feminino, esses índices justificam a necessidade de se debater a realidade vivenciada por grande parcela das mulheres brasileiras.

Pontua-se que a violência contra a mulher nas relações afetivas-sexuais se expressa de diversas formas, de acordo com Saffioti (2000):

As violências físicas, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens sejam pais ou maridos. (SAFFIOTI, 2000, p. 75).

Além disso, Saffioti (2000) ressalta a grande complexidade das relações violentas por envolver pessoas com vínculo afetivo. Como abordaremos adiante, as afetividades forjadas dentro de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal são calcadas em desigualdade e através de ideais irrealistas de eternidade, sacrifício e salvação. Desse modo, principalmente no que se refere à heterossexualidade, é notável o desencontro amoroso entre homens e mulheres.

A construção da masculinidade hegemônica⁴, pautada na virilidade e exercício da agressividade, prejudica os homens e a plena vivência de suas relações afetivas e experiências emocionais. Através dessa construção, é notável que a sociedade tolera e até incentiva que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres (SAFFIOTI, 2000, p.75).

³ Mais informações: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>>.

⁴ Sobre o conceito de masculinidade hegemônica: CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Dessa maneira, de acordo com Smigay (2000), entender a violência como masculina, ou como uma construção masculina, significa que historicamente ela vem sendo exercida prevalentemente pelos homens. Ressalta-se que não nos referimos aqui ao sexo, mas sim ao gênero.

De acordo com a hipótese de Welzer-Lang (1991, apud SMIGAY, 2000), a violência é uma forma de regulação das relações sociais de sexo, se traduzindo em dominação coletiva e individual do grupo de homens sobre o grupo de mulheres. Contudo, a violência no privado pode ser definida como masculina ainda que exercida por mulheres, ou seja, quando uma mulher exerce violência sobre as crianças, utilizando a desigualdade de poder, está agindo no registro do masculino.

Além disso, ao analisar as mulheres em situação de violência não se trata de aborda-las em condição de vítimas passivas. Apesar de circunscrita, principalmente, na relação homem-mulher, a violência de gênero pode ser perpetrada nas direções homem-homem e mulher-mulher. Todavia, o vetor amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura (SAFFIOTI, 2015, p. 83).

Nesse sentido, Saffioti (2001; 2015) ressalta que apesar das mulheres serem maioria nos casos de violência de gênero, isso não significa que elas sejam vítimas passivas ou mesmo que não sejam perpetradoras de ações violentas. Contudo, as mulheres como categoria social, não possuem um projeto de exploração-dominância⁵ dos homens (SAFFIOTI, 2001, p.116).

Em consonância com as análises de Saffioti, Smigay (2000) propõe uma nova concepção a respeito das relações violentas. A autora defende que a violência faz parte de um jogo entre parceiros⁶, operando de forma constante e contínua. Quando as etapas do ciclo da violência⁷ se instauram, os parceiros se provocam, se perdoam, se agridem e se prendem ao mito do amor romântico⁸, calcado principalmente na eternidade da relação.

⁵ Ao se referir a condição das mulheres, Saffioti utiliza o termo dominação-exploração, por entender que não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista (1999, 2001, 2015).

⁶ Smigay aponta ao longo de seu trabalho que apesar de entender a violência como um jogo entre parceiros, esse jogo acontece em situação de desvantagem para as mulheres, tendo como referência o poder histórico e social exercido pelos homens.

⁷ Assim como diversas feministas, Smigay aponta o ciclo da violência. Tal ciclo se divide basicamente em quatro ou cinco momentos: o desgaste da relação, intensificação das cenas de violência, o ápice em que se torna insuportável, ensejando, por parte de um dos atores, rompimento do vínculo, em seguida o pedido de perdão e o desejo de reparação; seguido da lua de mel, culminando no reinício do processo, com o desgaste paulatino da relação (2000, p.43).

⁸ De acordo com Smigay (2000), a ideia do amor romântico é pautada no amor eterno, no sacrifício e no comprometimento. A história única de amor é o horizonte a ser alcançado (SMIGAY, 2000, p. 247). Ainda segundo a autora, Toda uma produção cultural sustenta este projeto-horizonte. As novelas televisivas, as fotonovelas, os romances populares, tudo insiste na ideia de que o amor é para sempre, independente das controvérsias, das condições materiais da existência, dos acertos e desacertos do destino. Ele sobreviverá. (SMIGAY, 2000, p. 247).

A afetividade que resta na relação violenta não permite que a vítima, majoritariamente mulher, sinta o mesmo ódio destilado pelo agressor ainda que haja o sentimento de vingança. De acordo com Smigay (2000), onde há afeto, há raiva, mas não necessariamente há o rompimento do vínculo. A vítima acaba imobilizada pelos próprios sentimentos, e, sem abandonar a relação corre o risco de passar por situações de violência novamente.

Nesse sentido, entende-se que as relações violentas são reflexos dessa lógica que elege alguns sujeitos em detrimento de outros e se alimenta através da submissão. A socialização amorosa, a qual coloca a relação afetiva como um importante valor da cultura, ensina que ao ser obtido, o amor merece concessões para ser mantido, independente do preço a ser pago.

Ao longo do processo de construção do vínculo – violento – há um momento em que a agredida, ou o sujeito que mais se sente agredido da relação, atribui significado aos abusos, gerando ressentimentos. Esses ressentimentos vão minando a relação e ruindo sua estrutura, entrando, inclusive, em conflito com o mito do amor romântico.

De acordo com Smigay (2000), o processo de desilusão é retardado pelo mito da salvação. O mito da salvação trata da expectativa de mudar o outro, é o projeto de ser o salvador da relação, aquele que salva o mito do amor, sendo capaz de transformar o outro.

Apenas quando a esperança acaba é que a interpretação da pessoa agredida muda. Em geral, o mito da salvação interfere na visão real das circunstâncias, fantasiando e romantizando a realidade. Smigay (2000) ressalta que mesmo que haja a quebra dos mitos do amor e da salvação, não necessariamente busca-se saídas.

Além disso, ao colocar em questão as relações violentas é necessário compreender como o sistema patriarcal-racista-capitalista atua na identificação dos alvos da violência. Ainda em situação marginal, as mulheres negras são as maiores afetadas pelas estruturas capitalista, racista e patriarcal que regem a sociedade. Nesse sentido, é necessário reconhecer as diversas violências que atingem as mulheres negras no Brasil.

Não há como analisar a situação de violação física e psicológica da mulher sem que se contextualize socialmente sua posição. Desse modo, os indicadores sociais apontam um cenário de extrema desigualdade no que se refere às mulheres negras – baixos salários, altos índices de desemprego, baixa escolaridade, preconceito e violência institucional – justificando a maior vulnerabilidade dessa parcela da população no que tange à violência em relações afetivas sexuais.

Ademais, Sueli Carneiro (2002), no texto *Gênero e Raça*, aborda a questão da solidão da mulher negra, fator de grande relevância quando se trata da violência sofrida por essas mulheres. De

acordo com a autora, vista como antimusca na sociedade brasileira, as negras são preteridas no que se refere aos relacionamentos, o que gera uma “solidão estrutural”.

Nesse sentido, com a autoestima fragilizada por essa situação de exclusão, as mulheres negras são vítimas da violência psicológica, o que dificulta ainda mais o abandono de relações violentas. Como aponta Romio (2013), as mulheres não medem esforços para manter um relacionamento, principalmente por sua condição histórica. Isso dificulta o reconhecimento do companheiro como agressor.

Com isso posto, buscaremos analisar como esses entrelaçamentos entre gênero, raça e classe se articulam no cotidiano da violência contra a mulher nas relações afetivas e sexuais. No presente trabalho, optamos por tentar brevemente abordar as relações violentas a partir das pontuações das feministas materialistas.

Na tentativa de romper com as explicações essencialistas e biologicistas sobre a condição social das mulheres, as feministas materialistas se organizam, principalmente, a partir da década de 70.

O ponto inicial da proposição desse pensamento é a noção de que homens e mulheres se definem pela relação social material e histórica estabelecida entre esses grupos. Isso significa que esses agrupamentos não ocorrem com base em uma essência comum, dados biológicos, através de laços identitários ou por tradição. Ou seja, é uma relação de classe, portanto, ideológica e com base em um sistema de produção, trabalho e exploração de um grupo sobre outro.

Nesse sentido, as feministas materialistas apontam que a classe de mulheres é criada para e pela exploração de seu trabalho. Logo, é a opressão que cria o sexo, não o contrário (WITTIG, 1996, p. 26). Mathieu (2014), uma das principais referências dessa vertente, considera que o que alimenta a dependência mútua e a suposta complementariedade entre homens e mulheres é a divisão sexual do trabalho, como abordaremos adiante.

Mister salientar que, de acordo com as feministas materialistas, a divisão sexual do trabalho e a apropriação da vida das mulheres tem como sustentação a heterossexualidade compulsória. Paola Tabet (2014) dedica parte de seus trabalhos a identificar como historicamente se deu a construção social da diferença entre os sexos por meio da coação sexual, unidirecionando a sexualidade feminina com objetivos reprodutivos. Mathieu (2014), ao abordar tal contexto, aponta:

Dada a dissociação entre pulsão (e orientação) sexual e mecanismos hormonais da reprodução nas fêmeas humanas, essas coações são exercidas na maioria das sociedades pela imposição da regularidade do coito (principalmente no casamento) e pela transformação do organismo psicofísico das mulheres para canalizar um desejo

normalmente polimórfico, para a heterossexualidade – e especializá-las com fins reprodutivos. (MATHIEU, 2014, p. 206).

Desse modo, é relevante compreender que ao tratar da heterossexualidade essas feministas não se referem a práticas sexuais, mas sim, a um regime político. Como dito acima, é através desse regime político que os homens têm acesso legítimo e irrestrito ao trabalho, ao corpo e as emoções das mulheres. Esse processo promove a acumulação, imprescindível ao sistema capitalista, através da exploração do trabalho “desvalorizado” das mulheres e do trabalho reprodutivo. Entendendo aqui que o estabelecimento dessa lógica reprodutiva possibilita o sistema de filiação legítimo e, conseqüentemente, a acumulação por meio de herança.

Nesse sentido, é necessário romper com a naturalização da heterossexualidade. Na concepção de Monique Wittig (1996), a classe de mulheres e a classe de homens são categorias políticas que se dependem para existir, ou seja, uma não existe sem a outra. Desse modo, através desse binarismo de codependência, a categoria sexo é a categoria política que funda a sociedade como heterossexual (WITTIG, 1996, p.28).

Assim, ainda de acordo com Wittig (1996), através da naturalização e da imposição da heterossexualidade, as mulheres são submetidas à economia heterossexual. Por sua vez, essa economia se alimenta da obrigação reprodutiva imposta às mulheres, incluindo o trabalho associado à reprodução “por natureza”: os serviços domésticos e de cuidado. Falquet (2012), ao citar o trabalho de Wittig, aponta que a Ciência reforçou e contribuiu durante muito tempo com a naturalização desse projeto heterossexual que organiza a sociedade.

Desse modo, a naturalização da diferença entre os sexos ocorre, também, a partir da Ciência. Por isso a necessidade de se debruçar sobre a realidade das mulheres, como forma de historicizar a construção do masculino e do feminino, bem como denunciar e transformar essa condição.

Na tentativa de contribuir com esse debate, como apontado acima, as feministas materialistas afirmam que uma das bases de sustentação do modo capitalista de produção está na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva – ocupando cargos desvalorizados e recebendo baixos salários - seja na esfera reprodutiva – materializada na família, através do trabalho doméstico, das tarefas reprodutivas e de cuidado não remuneradas (CISNE, 2014).

Assim, essa apropriação acontece no que se refere à força de trabalho, ao seu corpo, ao seu tempo e sua vida. Segundo Guillaumin (2014), uma das formas de apropriação material particular do corpo das mulheres, de sua individualidade física, tem uma expressão legalizada: a relação contratual de casamento (GUILLAUMIN, 2014, p. 62). Por sua vez, a outra forma de apropriação é

coletiva, anterior e mais profunda, acontecendo através das instituições, como o Estado, a Igreja e as empresas.

Através dessa lógica a mulher é reduzida ao sexo⁹. Sendo, dessa maneira, retirada da condição de sujeito e tomada como “coisa”. Esse processo é assimilado de forma acrítica se sustentando através da ideologia do naturalismo, ou seja, da ideia da existência de uma natureza ou essência masculina e feminina que organiza a sociedade, como apontado anteriormente.

Outro ponto relevante da estrutura do pensamento materialista é seu distanciamento do termo "gênero" e sua opção pelo termo "relações sociais de sexo". Esse segundo termo trata-se da tradução da expressão francesa *rappports*¹⁰ *sociaux de sexe* para o português. *Rapport* designa relações de cunho estrutural e tem como referência conflitos e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos (CISNE, 2014, p. 62).

Além disso, o feminismo materialista se pauta no conceito de consubstancialidade. Ou seja, essas feministas entendem que não há como dissociar as relações de raça, sexo e classe na sociedade, bem como nas análises sobre ela. Ao abordar tal questão, Saffioti (1987) aponta a simbiose entre as três estruturas de dominação que perpassam a sociedade, quais sejam: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Em seu trabalho, a autora afirma que o patriarcado é a mais antiga forma de dominação-exploração, sendo seguida pelo racismo. Assim, o sistema capitalista é o mais recente entre os eixos estruturantes.

Uma das formas de perceber a materialidade dessa simbiose trata-se da violência constante a que estão submetidas às mulheres negras. Como apontado no início do trabalho, os dados sobre as condições de vida das mulheres negras quantificam essa realidade e colabora na busca pela superação desse cenário.

Considerações finais

No presente trabalho, entre as diversas vertentes feministas, optamos por abordar o feminismo materialista. Essa escolha se deu por entender que, apesar de pouco explorada, ela oferece grande suporte teórico para o entendimento das relações violentas.

⁹ Guillaumin (2014) denomina essa situação como “sexagem”. A autora defende que a sexagem é um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão, tendo em vista a sua diferença com o assalariamento e seu processo de naturalização na sociedade.

¹⁰ No português as palavras francesas *rapport* e *relations* podem ser traduzidas como relações. Contudo, *relations* designam relações microssociais, cotidianas e individuais, enquanto *rapport* trata de relações mais amplas e estruturais (CISNE, 2014).

Ainda hoje, as mulheres em maior situação de vulnerabilidade em relação à violência dentro de relações afetivas-sexuais são as pobres e negras. Essa situação é resultado de uma sociedade estruturada em torno do racismo, do sexismo e do capitalismo, através de uma lógica desigual, excludente e violenta.

Nesse sentido, as feministas materialistas buscam historicizar as relações que estruturam a sociedade, assim como as noções de masculino e feminino. Rompendo, assim, com a ideologia da naturalização que, ainda hoje, exerce seu poder. É através da ideia de uma natureza ou essência das mulheres e dos homens que se apaga o caráter político e ideológico desse binarismo.

Desse modo, por meio da heterossexualidade compulsória se impõe, também, uma economia heterossexual, baseada na exploração do trabalho, dos corpos e afetos das mulheres. Ou seja, é através da apropriação das mulheres que se promove a acumulação, fundamental ao capitalismo.

Ao domesticar o afeto e a sexualidade das mulheres, o sistema racista-capitalista solidificou sua sustentação através da divisão sexual do trabalho. Explorando as mulheres por meio do trabalho reprodutivo e seus desdobramentos, como o serviço doméstico e de cuidado, e, também, em postos de serviço desvalorizados e mal remunerados.

Com o avanço do neoliberalismo e o agravamento das desigualdades, as mulheres ficam ainda mais em condição de vulnerabilidade. Sofrendo, dessa maneira, com as ondas de demissão, de corte de salários e benefícios, ocupando postos informais de trabalho e também com o sucateamento dos serviços públicos, como saúde e educação.

A tentativa de articular teoricamente essas questões é uma forma de buscar compreender a lógica através da qual a sociedade se organiza e como isso afeta as relações íntimas e afetivas das mulheres. Desnaturalizar a ideia da heterossexualidade é uma maneira de transformar o horizonte traçado para a mulher na sociedade racista-patriarcal-capitalista. É a possibilidade de construir uma utopia para além dos lugares postos de homens e mulheres e seus afetos.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**, Editora 34, São Paulo, p.1 7-194, 2002.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

FALQUET, Jules. Rompendo o tabu da heterossexualidade, Acabar com a “diferença dos sexos”: contribuições do lesbianismo como movimento social e teoria política. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 4, n. 5, dez.2012. Disponível em: <<http://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/artport-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2017.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu**. Recife, SOS Corpo, 2014.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu**. Recife, SOS Corpo, 2014.

KELLER, Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, Campinas, p.13-34, jul./dez. 2006.

RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, p. 21-42, 1998.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil**. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, p. 133-158, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, Contribuições feministas para os estudos de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.16, p. 111-129, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.4, p. 82-91, 2000.

SMIGAY, Karin Elen Von **Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?**. 2000. 271 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu**. Recife, SOS Corpo, 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 2015 Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 25 Mai. 2017.

WITTIG, Monique. The category of sex. In: Adkins, Lisa; Leonard, Diana (Org.). **Sex in Question: French Materialism Feminism**. 1996. Disponível em : <<https://repassfeminista.files.wordpress.com/2014/02/sex-in-question-french-materialist-feminism.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2017.